



Custos de transação e certificações em feiras agroecológicas: A feira da ponta norte no Distrito Federal

João Marcelo Fernandes Abbud³

Resumo

O artigo busca indagar sobre o funcionamento de processos de certificação de produtos e alimentos orgânicos no Brasil a fim de estudar algumas falhas de mercado presentes em feiras agroecológicas do tipo *farmer's markets*. A análise considera a Economia de Custos de Transação (ECT), a frequência de “bens de crença” no comportamento das transações e a influência dos laços de confiança no processo de venda. Incentivos à certificação para produtores e dificuldades no processo agregado são analisados e ponderados em uma revisão bibliográfica. Passa-se pela observação da comercialização, sobretudo através do funcionamento da Feira da Ponta Norte, no DF, avaliando a presença da assimetria de informação e dos incentivos fornecidos aos produtores de pequena escala oriundos da agricultura familiar. A análise revelou que o incentivo a pequenos produtores de AF para participação em feiras agroecológicas no DF é parco, mas crescente.

Palavras-chave: Orgânicos, Agroecologia, Farmer's Market, Feiras Agroecológicas.

³ Graduando em Ciências Econômicas na Universidade de Brasília. Tel: (61) 991784079. E-mail: johnnyabbud@gmail.com

**Abstract**

The article aims to inquire the functioning of organic product and food certification processes in Brazil in order to study some market failures present in agroecological fairs such as farmer's markets. The analysis considers Transaction Cost Economics (TCE), the prevalence of "credence goods" in transaction behavior, and the influence of trust bonds in the sales process. Incentives for certification for producers and difficulties in the aggregate process are analyzed and weighed in a literature review. The observation passes through the commercialization, especially through the operation of the Feira da Ponta Norte in the Federal District, evaluating the presence of information asymmetry and incentives provided to small-scale producers from family farming. The analysis revealed that the incentive for small family agriculture producers to participate in agroecological fairs in the Federal District is modest but growing.

Keywords: Organic, Agroecology, Farmer's Market.



1. Introdução

A sensação de bem-estar, incluindo benefícios sociais e econômicos, decorrente da participação de indivíduos em feiras de produtos orgânicos é crescente. O caráter prático das feiras, nas quais os produtores oferecem produtos diversos em um processo de homogeneização da produção, possibilita a escolha de cestas mais diversas de produtos, sobretudo advindos do cultivo familiar. Para além disso, a socialização, a impressão de contribuição para com o comércio local e o fortalecimento do desenvolvimento regional estimulam o público a engajar-se cada vez mais. Os produtores, por outro lado, podem ver crescer a renda através de mecanismos bem desenvolvidos de comercialização dos produtos com a certificação adequada de orgânicos. A partir disso, busca-se, neste artigo, analisar as bases socioeconômicas formadoras de uma feira agroecológica, bem como responder à questão de como se estudam as falhas de mercado possivelmente associadas à certificação dos produtos comercializados e os respectivos tipos em atuação no Brasil: como se dão e no que implicam. Para isso, toma-se como exemplo a ser perscrutado a *Feira Agroecológica da Ponta Norte*, que funciona periodicamente e tem como base diversas associações de produtores rurais do DF. Analisa-se, sob a ótica desse ajuntamento, a formação de associações de certificação e de produção, bem como os diferentes pormenores transacionais que podem ser observados no comércio ocorrido em uma feira de orgânicos. Conseqüentemente, tenta-se enxergar melhor como se desenvolve o processo de constatação e validação dos alimentos que contam com o selo orgânico para que se chegue ao consumidor final com a suposta certeza de qualidade. Além disso, são observados empecilhos associados à obtenção do selo, como os altos custos distribuídos ao longo da condução da cadeia produtiva e dos diferentes gêneros de artigos - e como isso impacta nas falhas de mercado vistas nos ajuntamentos conhecidos como *farmer's markets*, mercados de agricultura familiar, ou simplesmente feiras agroecológicas.

Passa-se, primeiro, por uma consolidação conceitual, para entender-se melhor as relações entre associações comerciais, bem como suas diferenças – ressalta-se a dificuldade de desenvolvimento e cimentação de cooperativas no Brasil. Traça-se um perfil sociodemográfico da feira à luz do estudo de caso para que se possa ver com clareza o panorama abordado e os problemas postos em discussão.

Por um lado, são constatados fenômenos presentes na feira perante a perspectiva de custos de transação, como observado por Gabre-Madhin (2009, p. 15) na tipologia sumarizada sobre coordenação de mercado para produtos agrícolas. A ideia, considerando o trabalho seminal de Williamson (1975) sobre Custos de Transação, é que, levantando os tipos de custos estudados por Coase, a Economia de Custos de Transação (TCE) foca na coordenação de custos e privados agentes. A partir disso, os custos nos mercados e negociações sobem porque os indivíduos são limitados pela habilidade fraca de planejar o futuro e pela capacidade de processar a imprevisibilidade dos eventos. Mesmo que duas partes possam negociar, é difícil comunicar o plano de fundo, i.e., informação privada sobre o produto, levando os



contratos a serem incompletos. Diante disso, as partes, que investem ativos e se expõem a potenciais danos, dadas as circunstâncias, tentam extrair a renda a partir desses ativos essa tentativa de extração se reflete no aumento do valor total da transação e dos custos privados de cada agente.

Por outro lado, Medaets e Cechin (2019) estudaram condutas de confiança relativas aos produtos orgânicos na dinâmica de mercado nas feiras. A confiança é um aspecto nevrálgico dos tipos de certificação e da dinâmica das transações. Pode instituir uma barreira repelente a oportunistas que pretendem vender alimentos orgânicos como se fossem parte da categoria e é elementar ao funcionamento da Certificação Participativa em Rede, um dos tipos de certificação abordados.

Já os incentivos à produção (CODEPLAN, 2015, p. 19) têm forte papel no produto final comercializado. São consideradas sobretudo identificação e aquisição das rotulagens orgânicas, que são os principais atrativos de feiras agroecológicas, a fim de clarificar o terreno para futura investigação científica na área e de trazer insumos às indagações acerca de obstáculos ocasionados pela certificação de produtos, pelo uso do selo e pelo discurso sobre sua utilização.

O arcabouço teórico deste artigo também considera conceitos como o “bem de crença”. É característico do “bem de crença”, ou *credence good*, que sua demanda exija o desejo de pagar um preço *premium* por alguma forma de autenticação ou *labeling* do produto (HOEHN, DEATON, 2004), mas **cuja constatação de qualidade, mesmo após uso ou consumo, é complexa e imprecisa: capaz de gerar insatisfação e double-checking**. Considera-se também formações de comércio agropecuário do tipo *farmer's market*, como explorado por Pascucci (2011) e por ages e Barbosa (2007). Em ambos, explora-se como a presença de consumidores nesse tipo específico de comunidade afeta a disposição em mudar hábitos alimentares e como o cenário das feiras agroecológicas em geral apresenta certo grau de assimetria de informação relativa à comercialização dos bens de crença. Além disso, características dos agentes presentes em feiras, como racionalidade limitada e tendências oportunistas, que são analisadas por Pigatto *et al* (2015, p. 162) e a possibilidade de ocorrência de fenômenos, como o problema do carona (*free-rider*) que é investigada por Pivoto (2013), dão base a alguns assuntos abordados.

A Análise da literatura sobre o tema traz problemática abordadas que ajudam e solidificar a visão dos agentes e dos problemas associados. Em seguida, o estudo de caso consolida algumas observações e indaga sobre possíveis caminhos relativos aos produtores agroecológicos no DF. A metodologia tem caráter descritivo, revisional e exploratório a partir de publicações cuja análise dos fenômenos microeconômicos em feiras agroecológicas gerou conclusões sólidas, passíveis de boa consolidação teórica e de boa compreensão da área abordada de forma prática. As enquetes e coletas de dados relativamente à *Feira da Ponta Norte*, sob perscruta do estudo de caso, foram obtidas empiricamente através de contato direto e de informações dispostas pelos próprios feirantes.



2. Certificação dos produtos

No Brasil, há três tipos de certificação da produção orgânica: Certificação por Auditoria Externa, Certificação Participativa em Rede e o Controle Social. **I)** O processo de fiscalização e certificação por empresas auditoras, cuja técnica inclui a revisão de pares (*peer-review*), está fortemente ligado a padrões de qualidade estipulados (MEDAETS, MEDEIROS, 2004). Além disso, a revisão de documentação, o relatório de auditoria e a avaliação *ex-post* geralmente são etapas mais custosas ao produtor. **II)** A possibilidade de Venda Direta, cujo **controle é feito socialmente pelos clientes** em conjunto na feira, põe em prática o desempenho de pressão e direcionamento mediante valores e normas dos que se relacionam com os comerciantes da feira, pondo-se em prática a sujeição a sanções (MEDAETS, MEDEIROS, 2004). O método de Controle Social, em anuindo com a não certificação dos produtores – mas estando estes em situação cadastral em conformidade com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) -, estabelece os intermédios como prescindíveis, e dá as bases de sustentação e credibilidade às estruturas de Organização de Controle Social (OCS), cujo reconhecimento pelo MAPA é necessário (BRASIL, 2003).

A constituição pode se dar em forma de associações, cooperativas e consórcios e faz-se compulsório o reconhecimento pela sociedade e o comprometimento com os laços de confiança e transparência entre os membros (DE MORAIS, 2021). As declarações de laços com as OCS são encorajadas e, em algumas feiras agroecológicas, exigidas no processo de venda.

III) Há, ainda, o tipo mais comum entre os feirantes da *Feira da Ponta*, que é o Sistema Participativo de Garantia, ou de Certificação Participativa em Rede (CPR), no qual produtores se inserem a partir dos Organismos Participativos de Avaliação e Conformidade (Opac) – estes últimos se dividem, no território brasileiro, dentro das unidades federativas e mais adiante repartições municipais ou regionais (BRASIL, 2003). A CPR consiste no procedimento de conferência descentralizada, exame e fiscalização feito pelos e para os próprios produtores. É comum reunir-se em grupos pertencentes à mesma associação de produção agrícola – sobretudo localizadas no mesmo assentamento – para que então se parta ao processo de verificação em visitas a chácaras e lavradores do grupo em questão. Feita, portanto, a revisão permutada entre os membros, é concedida abonação aos respectivos fóruns de escoamento e venda. É comum que se conheçam os produtores pertencentes aos Opacs da mesma região administrativa, mas não é necessário que estejam presentes no mesmo lugar de venda.

Reconhece-se que esse sistema permite o compartilhamento de técnicas e de bons manejos entre os produtores, em contraste à estratégia de auditoria, que aponta as inconsistências de produção no decorrer do processo (MEDAETS, CECHIN, 2019). É ressaltado que, no processo de certificação envolvendo os produtores, a participação em Opac é profícua para os trabalhadores do meio. Medaets e Cechin (2019) mostram que, e em se considerando a troca de conhecimento, agricultores e



produtores de orgânicos em geral adquirem novas técnicas e superam dificuldades estigmatizadas, como acesso à informação e ganho de *know-how* após a inserção em grupos formadores de Opacs.

Há, no entanto, um fator de incentivo que altera um pouco o cenário de algumas feiras agroecológicas no DF, incluindo a *Feira da Ponta*, que é o apoio subsidiário do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) aos produtores de Agricultura Familiar (AF). Dessa forma, apenas 30% dos encargos da certificação por auditoria recaem sobre os produtores elegíveis. O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade Orgânica (SisOrg) – em contraste à certificação do Instituto Brasileiro de Biodinâmica (IBD) – se dá através de certificadores de origem pública ou privada com credenciais do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e do MAPA, e segue mecanismos de conformidade internacionais e nacionais de acordo com a legislação brasileira (SEBRAE, 2020).

Dessa forma, o processo de certificação por auditoria passa a ser o mais vantajoso aos agricultores orgânicos que aspiram por certificações amplamente reconhecidas no DF. Ressalta-se, no entanto, ocorre uma cobrança cumulativa sem descontos, de modo que são aplicados aos vários tipos de produção – encaixando-se aqui produções de laticínios e derivados, folhagens, frutas e alimentos com menor grau de manejo industrial - e nas diversas etapas da cadeia produtiva. Assim, um produtor que atua em mais de um segmento no ramo de produção agroecológico lida necessariamente com as respectivas taxações e encargos e pode considerar, vislumbrando a escala do negócio, as outras opções, nomeadamente o Sistema Participativo de Garantia ou Controle Social.

Os subsídios fornecidos também tiram, em certa medida, a névoa conceitual em volta da característica de “bem de crença” pertencente aos gêneros orgânicos, ao estabelecer condições mínimas como sendo “*in natura* ou processado, produzido por pessoa física ou jurídica, obtido em sistema orgânico de produção aprovado por um processo de auditoria, por Garantia Participativa ou por Controle Social” (SEBRAE, 2020). Tem-se, de forma institucional e preliminar, este sustentáculo conceitual generalizado. No entanto, partindo-se à elaboração mais desenvolvida durante o processo prático de certificação, as exigências conjecturais de sustentação para a estratégia orgânica de produção abrem menos espaço para inconsistências, ao definir o Sistema como

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, e a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. O conceito de Sistema orgânico de



produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura, agricultura sintrópica e outros que atendam os princípios estabelecidos pela Lei 10.831, de 23/12/2003 (SEBRAE, 2020, p. 8)

O não uso de organismos geneticamente modificados na produção orgânica e o requerimento de processos como cobertura do solo, adubação verde e reflorestamento também é recorrente nos trâmites institucionais de seleção para a aplicabilidade aos selos, aos subsídios e à inserção nas feiras.

3. Custos de Transação

Ao analisar a tentativa de diminuição de incerteza de qualquer mercado, deve-se considerar a Economia dos Custos de Transação (ECT). Engloba-se aqui a noção de custos relacionados a formas de gestão de informação, ligados ao processo produtivo, e que têm potencial de gerar incerteza entre os agentes (FURQUIM DE AZEVEDO, 1997). Depreende-se que um produtor possui custos e funções de preço privadas e não adquiríveis, e pode lidar com a revelação deles de diferentes maneiras.

No contexto de feirantes orgânicos, a fiscalização e a certificação dos alimentos e dos produtos é a principal ferramenta para que se possa, em se agindo em conjunto, reduzir os custos de transação associados. Lages e Barbosa, em seu artigo de 2007, discutem os efeitos desses custos relativos aos laços de confiança entre consumidores e feirantes, bem como a dúvida gerada quanto às classificações de produtos orgânicos. Esse problema, que se caracteriza como um de assimetria de informação, sobretudo lida com valores variáveis associados aos produtos. A partir do que foi explorado por Pigatto et al (2015, p. 162), principalmente na constatação de racionalidade limitada perante a assimetria de informação e da quantidade de contratos informais baseados em acordos verbais, abre-se espaço para que falhas de mercado tenham efeitos negativos sobre indivíduos participantes do processo transacional (LAGES, BARBOSA, 2007).

O exemplo abordado engloba a *Feira Agroecológica de Maceió*. Ela não conta com certificação e selos oficiais como condição participativa compulsória, mas segue em teoria os pressupostos já abordados que servem de sustentáculo para as feiras agroecológicas no Brasil. Presume-se, portanto, que é possível a presença de feirantes oportunistas que, ao mentirem sobre o produto ou falsificarem selos, aumentam a assimetria de informação e por consequência, os custos de transação (LAGES, BARBOSA, 2007). Além disso, alguns preços mais altos, racionalmente aceitos pelos consumidores das feiras, não seriam condizentes ao bem-estar prático trazido pelo produto.

A ocorrência em questão, caracterizada como assimetria de informação, dá-se da seguinte maneira:

Ocorre quando os atributos inerentes ao bem ou serviço são imperfeitamente avaliados pelo indivíduo que irá adquiri-los, mesmo depois de procedida à compra. Sendo assim, os vendedores do bem ou serviço deverão resolver esse problema de



informação sinalizando que seus produtos ou serviços possuem selos que possam garantir a procedência do produto (LAGES, BARBOSA, 2007, p. 5)

Em assim sendo, o selo decorrente da certificação dos produtos orgânicos – em funcionando estes como "bens de crença" - nas feiras funciona como o principal filtro associado à transmissão de informação entre os agentes. A confiança – aspecto a ser levado em conta sobretudo em feiras de pequenas dimensões, nas quais geralmente os agentes se conhecem e transacionam periodicamente – pode diminuir a assimetria de informação. Ressalta-se que, no estudo de caso da *Feira da Ponta*, a triagem institucional projeta o encaixe para comercialização de produtos em um escopo de quatro categorias (Selo Orgânico, Produção Biodinâmica, Agrofloresta Sintrópica e Feitio Artesanal) e duas delas não são classificadas como orgânicas – esta terminologia por si só tem suas variações e diacronismos que nem sempre se inserem em um único eixo para estudo. Entretanto, não há nenhum fator que impeça que um feirante atribua a qualidade de orgânico mesmo tendo sido inserido no grupo como pertencente a outra categoria de produto completamente. Casos dessa natureza, i.e., alegação da origem livre de agrotóxicos e de processos industriais corpulentos sem a revelação do selo, já foram apontados na *Feira da Ponta* com a justificativa de utilização do modo de produção de agrofloresta Sintrópica. Isso representa o problema do carona (*free-rider*), ao ter no cenário um produtor que usufrui do benefício social da venda sem sacrificar em sua produção os encargos necessários estipulados para a participação. O oportunismo decorrente desse aproveitamento de externalidades positivas em favor próprio sem a contribuição econômica para o coletivo (PIVOTO, 2013) pode nascer de termos pouco claros ou de elos não fortalecidos. Passa por isso a influência das relações de confiança entre feirantes e consumidores.

A confiança e os laços pessoais construídos são, portanto, fatores inibidores em potencial de ações oportunistas por parte de feirantes. Atuam ainda, como estabilizadores de termos de negociação a longo prazo, em contraste ao cenário em que se quebraria a confiança em uma das partes e o equilíbrio transacional mudaria para um perfil de estratégias com composição de payoffs não ótima.

Ambientes institucionais solidificados, podendo aqui encaixar-se sem esforço as associações agrícolas, e com direitos de propriedade bem definidos também contribuem para a redução de incerteza das transações (LAGES; BARBOSA, 2007). O selo certificatório de produtos orgânicos naturalmente eleva o valor de mercado associado. Passa também por esse processo que a fiscalização dos certificados seja competente, dado que é categórica a comprovação condizente aos valores de bônus dos produtos orgânicos.

Uma organização coordenadora de custos de transação é a IFOAM, ou *International Federation of Organic Agriculture Movements*, que para Martins de Souza (2000), traz às economias de feirantes menor grau de assimetria de informações, por exemplo. Ou seja, o processo coordenado, mesmo que por uma



instituição distante, conta com maior padronização normativa: é a importância salientada por Lages e Barbosa (2007) ao afirmarem que:

Essas agências são as responsáveis pelo monitoramento dos sistemas de produção, desde o cultivo até o processamento da matéria prima, sempre observando a consonância com as regras vigentes necessárias à emissão dos certificados (LAGES, BARBOSA, 2007, p. 9)

Salienta-se que a integralidade do processo referente aos pequenos agricultores e à AF seja monitorado por essas certificadoras, não excluindo o plantio, a colheita, a manipulação e as fases finais de escoamento.

Voltando ao caso de Maceió (AL), as estimativas informais dos próprios organizadores da feira sugeriram amostras de consumidores e relações comerciais de interesse. Concluiu-se, com a metodologia qualitativa, que a falta de sinalização nos produtos gera "incerteza comportamental para os consumidores ao longo do processo de comercialização" (LAGES, BARBOSA, 2007). Isso fica claro a partir do terreno propício, já que não vigora a fiscalização dos selos de sinalização, para a venda ilusória de produtos supostamente orgânicos. É esse o fato principal para o aumento do ambiente incerto. Como a feira não tem qualquer garantia de venda futura, os lastros asseguradores da qualidade dos produtos residem na confiança entre feirantes e consumidores. Dada a falta efetiva de certificação, há possibilidade de prosseguimento indefinido.

Lages e Barbosa (2007) chegaram à noção que nada impede os consumidores, dado que 60,7% afirmaram nada saberem quanto à certificação dos produtos, que se caia em engodos oportunistas. Em contraponto, mais uma vez ressalta-se os laços estreitos de confiança entre os agentes consolidados pela recorrência transacional característica das feiras agroecológicas de menores dimensões.

Ao observar os sistemas de relações complexas que formam essas interações de mercado, caracteriza-se um conjunto de relações verticais e horizontais cujos extremos são povoados pelos produtores, e assim formam, em *farmer's markets*, a cadeia de bens de crença (PASCUCCI, 2010). A problemática abordada volta à falta de coordenação e aos baixos fluxos de informação possíveis, a depender do grau de proximidade dos diferentes feirantes que compõe os ajuntamentos comerciais, e, portanto, potencialmente geradora de uma relação e entre fornecedores e clientes mais propícia a ter conflitos custosos (PIGATTO, 2015). A medida de exposição do selo ou a possibilidade de falsa proposição da origem dos produtos em *farmer's markets* atua como principal fomentador a ser encarado como problemático e nocivo ao bem-estar gerado por menores transações menos custosas. Como a mediação de vários agentes em um mercado majoritariamente composto por produtores primeiros e consumidores finais, o método de *community networking mechanism*, ao promover o compartilhamento de recursos entre as partes negociantes e declarando bem os direitos de propriedade, diminui os custos de transação associados, a exemplo de custos de monitoramento, feito predominantemente por empresas terceirizadas (PASCUCCI, 2010).



Os problemas de adaptação e de risco associados ao processo de venda dos produtores podem ter, particularmente, ligação aos meses de melhor e/ou maior produção, por exemplo. Parte-se disto que a comercialização eficiente, ao se adotar um preço de venda maior, desde uma produção mais robusta e com melhor qualidade, entra na perspectiva de incerteza dos consumidores em relação à possibilidade de resíduos químicos nos gêneros comercializados. Pode-se deparar também com impasses de informação assimétrica, uma vez que a informação da colheita e dos custos associados às cadeias produtivas da melhor época de produção – avaliados como de novembro a março para os produtores da *Feira da Ponta* – permanece privada. Analogamente, o período de produção menos expressiva pode agir como criador de ruído e aumentar a interferência nas escolhas no momento da comercialização.

As transações, no entanto, em sendo recorrentes e tendo como reforço a característica dos bens de crença envolvidos, mitigam a possibilidade de ruído e fomentam o estreitamento dos laços de confiança para comerciantes e clientes. Além disso, decisões de produção – ocorridas em um momento pré comercialização - já levam em consideração as demandas de mercado e, portanto, moldam as peculiaridades transacionais, cujos custos passam a ser minimamente esperados (PIGATTO, 2015).

O tipo ideal de funcionamento de uma rede comunitária de alimentos certificados com custos de transação reduzidos, conseqüentemente, para Pascucci (2010), consistiria em um grupo de consumidores interessados a lidar com pelo menos um grupo ou com um agente produtor e contratualmente – abrindo-se margem para contratos com níveis de formalidade variáveis - decidem participar em negociações de longo prazo visando a comercialização de um tipo de bem de crença, cuja qualidade, reforça-se, **é incapaz de ser constatada mesmo após a compra**. É detectável que ainda existe espaço para comportamentos oportunistas, que passam a ter risco consideravelmente reduzido com o acompanhamento institucional constante, mas, como evidenciado, têm riscos significativamente moderados com os laços de confiança construídos entre as partes.

Pigatto (2015), chegou à noção de que o oportunismo, sendo um principal problema às janelas de tipos de certificação como OCS e constituindo uma abertura nas relações de confiança, é considerado baixo nas regiões analisadas, em alguns municípios paulistas. A origem está relacionada à abordada e consolidada frequência nas transações.

4. Análise Descritiva

4.1. A Feira da Ponta Norte no Distrito Federal e Agricultura Familiar

Observando-se de perto o funcionamento da feira, percebeu-se que a dúvida acerca da natureza dos ajuntamentos comerciais não é exclusiva de clientes e frequentadores. Segundo Bialorski Neto (2007), uma característica econômica



importante da cooperativa é um custo de perda individual em favor do grupo de interesse da coalizão cooperativa. Os custos em comum constatados no funcionamento da feira restringiram-se aos gastos conjuntos para a contratação de seguranças e de banheiros públicos. Além disso, apenas uma das barracas, dentre as 11 participantes da enquete e considerando tanto feirantes que vendem diretamente a produção como intermediários, faz parte de cooperativa propriamente dita.

As cooperativas, para Rios (2017) pode atuar como instrumento de escoamento da agricultura familiar ou como modelo de associação particular - estas oriundas de bases fundadoras do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Esse modelo específico implica necessariamente uma associação de pessoas cuja propriedade é dos próprios associados. Além disso, as resoluções finais competem também a eles, e, por fim, e distribuição dos lucros (em jargão cooperativo, *sobras líquidas*) dos associados segue a lógica de ser o excedente do trabalho dos próprios integrantes.

Tem-se, em contraste, que na *Feira da Ponta* a maioria se autodeclara como participante de associações, podendo estas serem consideradas um estágio anterior ao desenvolvimento de cooperativas, i.e., quando se reúnem comumente trabalhadores de um meio para venda e escoamento de produção, e usufrui-se de condições e contextos parecidos de produção, venda e divulgação. A produção da feira é originária dos assentamentos do entorno do DF e a renda é absorvida de forma individual de volta à família produtora, e por isso tem-se aqui um fator de diferenciação entre os conceitos abordados anteriormente.

Ocorrem problemas, no entanto, característicos e presentes em formações cooperativas, como direitos de propriedade difusos e assimetria de informação (SOARES, 2019), que não chegarão a ser discutidos com mais profundidade neste artigo. Tanto o conceito de cooperativismo quanto suas implicações para a comercialização de produtos homogêneos são importantes para investigação. Mesmo não havendo produtores que se encaixam nos moldes formais dessas formações, os problemas de mercado abordados por essa literatura são de natureza semelhante, sobretudo fraqueza de incentivos contratuais e assimetria de informação geradora de custos de transação.

Salienta-se que 90% da produção de alimentos orgânicos no Brasil é proveniente da Agricultura Familiar (AF) (AZEVEDO, 2011). A noção atrelada de desenvolvimento sustentável e regional traz à baila um motivador importante nessa atividade. Constitui-se a AF a partir da modelagem em que os próprios membros da família detêm os meios de produção e efetuam o trabalho nos respectivos locais de produção (WANDERLEY, 2000).

Os dados não são muito diferentes no Distrito Federal. A agricultura familiar, mesmo ocupando menor parte dos hectares de setores agropecuários do DF, com 46,1%, e em contraste à agricultura intensiva tradicional, ainda supre o mercado interno da UF e desafia a cultura patronal no quesito de práticas sustentáveis e na



promoção de qualidade de vida (SOARES, 2019, p.4). A AF passa a ser o modo mais adequado a imposições socioambientais, ao voltar-se para princípios de sustentabilidade rural e ligar-se fortemente à preservação e conservação de recursos naturais, para além do uso difundido de controle biológico, manejo adequado de recursos hídricos e do solo (TORUNSKY, 2019).

Além disso, distribui melhor os recursos naturais e o aproveitamento, tem controle sobre a produção e agrega valor de forma a limitar a acumulação (CODEPLAN, 2015). Mostra-se, ainda, a distribuição da produção de cultivo orgânico como sendo a seguinte:

No Distrito Federal (DF), a área produtiva ocupa 775 hectares, o que corresponde a aproximadamente 10% do total de terras destinadas à produção orgânica no Brasil, e possui 110 produtores cadastrados, menos de 1% dos números nacionais. Do total de produtores orgânicos do DF, 58,2% (64 produtores) são agricultores familiares em transição agroecológica que comercializam seus alimentos por meio do Controle Social para Venda Direta sem Certificação. Estima-se que 40 mil pessoas, menos de 2% da população do DF, consomem alimentos orgânicos com frequência semanal (ARANTES, RECINE, 2018, p. 14).

A *Associação Comunitária, Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte de Brasília* (ACAAPO) é conhecida comumente como *Feira da Ponta* ou *Feira da Ponta Norte* e estabelece um ponto de venda fixo e periódico para que os produtores rurais façam a venda direta dos alimentos. Para se chegar aos objetos de análise e aos seus problemas e discussões, primeiro, é preciso estabelecer as condições de participação. Em uma feira agroecológica são sustentados quatro tipos de produção. Nem todos eles contam necessariamente com o selo de produção orgânica, objeto fruto das assimetrias de informação estudadas mais à frente. A principal faixa inconclusa, nesse cenário, atravessa a conceituação inexata, frequentemente associada a crenças dos consumidores, quanto à origem propriamente orgânica do produto.

O processo de fiscalização e integração, no entanto, perpassa os quatro eixos de produção aceitos em suas diferentes manifestações. São eles:

Venda de produto com o Selo Orgânico propriamente dito, cujos três tipos de certificação (MEDAETS; MEDEIROS, 2004) serão abordados em momento oportuno;

Produção biodinâmica, cujo selo é de mais difícil acesso no Brasil, e integra “princípios ecológicos, sociais, técnicos, culturais e econômicos” (RAUTA, FAGUNDES, SENHEM, 2014) considerando como três pilares fundamentais como “ciclos das substâncias e forças; as inter-relações entre componentes e a localidade; a organização da empresa agropecuária” (RAUTA, FAGUNDES, SENHEM, 2014). Este tipo se reflete em bônus mais altos – causados por valores agregados elevados – e maior índice de exportação para a Europa, por exemplo;



Feitio artesanal, que não requer ou pretende atribuir o selo orgânico, caracteriza-se pela geração com o trabalho familiar de forma a ter o menor uso industrial possível, bem como diminuindo ao máximo a aplicação de agrotóxicos;

Produção agroecológica do tipo Agroflorestal Sintrópica, trata-se da técnica de plantio e produção de Agrofloresta, desenvolvida pelo imigrante suíço Ernst Götsch, cujo direcionamento é voltado para a produção de alimentos com impacto ambiental reduzido ao longo dos estágios sucessionais (GREGIO, 2020).

4.2. Perfil Sociodemográfico

A origem da produção, dentro das regiões administrativas do DF e municípios de Goiás, das barracas analisadas constitui-se da seguinte forma: 50% dos produtores vêm de assentamentos e chácaras de Planaltina-DF; 4,5% vêm de Planaltina-GO; 9% do Plano Piloto; 9% de São Sebastião; 22,7% de Brazlândia e 4,8% não têm regiões originárias de produção definidas. Segundo a CODEPLAN (2015), 30% da população rural do DF está localizada somente nas RAs de Planaltina e Brazlândia.

Considerando os tipos produtos e gêneros alimentícios, 81,8% dos produtores declararam vender frutas, legumes, verduras e folhagens de origem orgânica e de produção familiar. Dentre estes, 37,5% dos produtores vendem também derivados de leite, grãos, geleias, pães e condimentos. Em contraste à maioria das barracas, há 18,2% que comercializam variedades, entre óleos essenciais, livros, discos de vinil e artesanatos.

Dentre as barracas analisadas, encontrou-se renda média mensal domiciliar de R\$ 2.962,50 por barraca, o que se situa 19,7% acima da renda média domiciliar per capita do Distrito Federal, que em 2020 foi mensurada em R\$ 2.475,00 (IBGE, 2020). A lucratividade média, por dia de feira - considerando-se o sábado na maior parte do ano - para cada barraca, foi de R\$ 480,56. Ressalta-se que os valores correspondem às oito horas e quarenta minutos médias de trabalho que se tem por barraca, incluindo-se os dias da semana.

Em relação aos períodos e meses do ano para melhor produção - em se considerando a preferência dos feirantes para a maioria das espécies - encontrou-se que 45,4% dos produtores participantes da feira consideram o período de chuva (em geral novembro a março) como melhor para a produção, 27,8% preferem o período seco (em geral abril a setembro) e 26,8% relatam indiferença quanto a esse quesito.

Enquanto, entre as 11 barracas analisadas, 63,6% escolheriam não redistribuir os lucros entre os integrantes da feira, na hipótese de consolidar-se uma formação cooperativa entre os respectivos, 18,2% escolheriam a redistribuição e 18,2% não souberam responder ou ficariam indiferentes. Essa enquete consolidou a prognose distante de qualquer conjectura maior em volta da formação de cooperativa bem definida junto aos feirantes e às associações presentes na feira.

5. Discussão



Considerando-se a certificação utilizada pelos produtores participantes de feiras agroecológicas e aqui possivelmente entrando como fator decisivo o tipo de certificação, é comum que, na maior parte dos casos, os alimentos advindos da agricultura familiar e escoados através de ajuntamentos como feiras agroecológicas sejam mais baratos quando comparados a outros caminhos, como a venda de orgânicos em supermercados tradicionais. Arantes e Recine (2018) mostram que certos grupos de alimentos com o selo podem custar mais do que o triplo do que os comercializados pelos produtores familiares. Exprime-se, de forma evidente, que o elo entre preços finais conferidos ao consumidor e os custos processuais dos produtores de AF relacionam-se às formas de certificação:

Enquanto na agricultura familiar a Venda e certificação são feitas de maneira Direta através do Controle Social, nos supermercados os alimentos comercializados possuem majoritariamente o selo de certificação por auditoria, a mais onerosa e com um maior grau de exigências (ARANTES, RECINE, 2018, p. 6)

É, portanto, notório, que a diminuição do custo de produção através dos subsídios federais e estaduais tem impacto predominante na tomada de decisão do tipo de certificação pelos feirantes, mesmo que haja, em não se comparando aos Opacs, a permuta de informações e de técnicas comprovada como profícua ao processo geral. A escolha pelo custo produtivo mais baixo, isto posto, define e direciona a lógica produtiva do agricultor familiar durante o processo de tomada de decisão no pré-plantio, na pré-criação pecuária e no pré-fabrico de itens com baixo grau de industrialização. Isso ocorre pelo fato de que o processo de certificação também se pode encaixar como informação privada, e sendo assim não necessariamente há de ser revelado ao consumidor. Ou seja, diante da escolha de produtos de idêntica qualidade – homologados e certificados – que chegam ao consumidor final com mesmo contingente de demanda, há *até* a venda direta (atuando aqui a força do estímulo aos subsídios à auditoria em detrimento à participação em Opacs) uma gama de possibilidades de escolha conformativa com diferentes custos associados aos processos da escala produtiva que terão concreta determinação nos preços de mercado.

Há, no entanto, pontualmente no estágio de montagem logística e avaliação de custos de operação, uma considerável falta de incentivos à entrada dos produtores nos mercados de comercialização agroecológica já no deparar-se com processos burocráticos, sendo independente qualquer tipo de certificação dentre os três. A perda de potencial de produção, ainda que com difícil mensuração, é perceptível. Caumo (2014) estimou em enquete que 1/3 dos entrevistados em municípios paraenses desistiram e deixaram a venda com certificação por conta de altos encargos e de altos riscos de contaminação por agrotóxicos, enquanto somente 1/5 dos entrevistados não demonstraram interesse pela certificação. Isso acusa aumento do desejo de certificação por parte de produtores rurais, apesar do desestímulo estrutural.



Uma alternativa para fomento a inserção de produtores incapazes de lidar sequer com os custos de instalação de certificação primária é o conjunto de ações de estímulo a diversos eixos de encontro com produtores agroecológicos incipientes. Estes se manifestam desde *workshops* municipais, iniciativas de apoio a escolas em implantação de hortas, mobilização de agentes em oficinas de políticas nacionais e instrução acerca dos processos de autenticação desses produtores preambulares. O exemplo da Associação Florestalense de Agroecologia (AFLORA), que atua em diversos municípios do interior de Minas Gerais, viabiliza o preparo para estágios iniciais da produção orgânica, dado que o público-alvo lida com as dificuldades dos aportes iniciais e das burocracias bloqueantes. Essa proposta, em atuando como uma oposição ao desestímulo que expulsa os produtores “pré-orgânicos” da região, tem raízes conceituais em grupos como a Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). A existência de CSAs também ocorre no DF e tem surgimento relativo a cada território – nacional ou internacional – com circunstâncias distintas em cada contexto (a depender da legislação), mas mantém-se em comum a constância dos membros a favor de “futuros coagricultores” ou “pré-orgânicos”. A prática de apoio das CSAs aos pequenos agricultores familiares em *farmer’s market* tem passado, mais recentemente, por modalidades de assinatura (*subscription CSA*) e em alguns casos pontuais até por sistemas de caixa (*box-schemes*) (TORUNSKY, 2019). A partir da atuação dos associados às CSAs em apoio aos incipientes, cria-se o processo constante de apoio e encorajamento, que inclui os planejamentos da produção, a ordenação financeira, a coordenação de escoamento e distribuição, os repasses de comunicação entre membros e para clientes e a geração de eventos (TORUNSKY, 2019). É precisamente este método de encorajamento e “fertilização de terreno” que tem sido alvo de tentativa de solidificação em feiras agroecológicas no DF, sobretudo na *Feira da Ponta* com a atuação de organizadores.

Esse grau de desenvolvimento em apoio, apesar de acontecer em nível mundial, passa a ter terreno especialmente fértil no território brasileiro, que conta com os avançados trâmites de certificação – a exemplo da comum participação em Opacs e dos profícuos subsídios federais à auditoria – em contraste aos escassos e excessivamente burocráticos métodos usados na Europa, onde a certificação de orgânicos por auditoria virtualmente domina o mercado e estimula, por exemplo, a criação de grupos de *produtores orgânicos clandestinos*.

Diante do exposto, surgem questões acerca de qual método de certificação acusa com mais asserção, e diminuindo consideravelmente ruídos nos custos de transação associados, a garantia de estarem livres as frutas e hortaliças de resíduos com agrotóxicos. Especula-se, também, se a base de confiança tão cultivada nas feiras agroecológicas é capaz de sustentar movimentos como o CSA, que propõe um modelo de estímulo ao produtor que, se por um lado não tem a força financeira como os subsídios à certificação por auditoria, por outro fortalece em escala maior os “pré-orgânicos” ao apostar em um considerável contingente da agricultura familiar que está disposto a ser inserido no manejo de orgânicos. Estas são indagações abertas



a perscruta científica futura e encoraja-se a proposição de argumentos expositivos acerca delas.

5. Considerações Finais

A análise revelou que o incentivo a pequenos produtores de AF para participação em feiras agroecológicas no DF é parco, mas crescente. Os tipos de certificação, com seus pormenores e diferentes desdobramentos, têm perceptível efeito tanto nas variadas etapas da cadeia produtiva como no processo de venda direta, o que gera, em seguimento, variação nos custos de transação associados. A confiança, atributo redutor destes custos e nevrálgico para o funcionamento saudável de feiras sobretudo de menor porte, passa a ser fator indispensável para qualquer análise futura em relação às questões propostas, nomeadamente as formas de sustentação aos estímulos de incipientes por CSAs e a qualificação de eficiência quanto aos métodos certificativos da produção orgânica.

6. Referências Bibliográficas

- ARANTES, Rafael Rioja; RECINE, Elisabetta. Preço de hortaliças orgânicas segundo canal de comercialização. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 1, p. 13-22, 2018.
- AZEVEDO, Elaine de; SCHMIDT, Wilson; KARAM, Karen Folador. **Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida: um estudo de caso em Santa Rosa de Lima, SC, Brasil**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 6, n. 3, p. 81-106, 2011.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, p. 119-138, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, p. 8, dez 2003.
- CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar**. Revista Capital Científico-Eletrônica (RCC)-ISSN 2177-4153, v. 12, n. 2, p. 45-64, 2014.
- CODEPLAN. **Agricultura Familiar no DF: Dimensões e Desafios**. Brasília, 2015.
- DE MORAIS, F. M. et al. **Garantia da qualidade orgânica: certificação orgânica e controle social**. 2021.
- DITLEVSEN, Kia; SANDØE, Peter; LASSEN, Jesper. **Healthy food is nutritious, but organic food is healthy because it is pure: The negotiation of healthy food choices by Danish consumers of organic food**. Food Quality and Preference, v. 71, p. 46-53, 2019.



- FURQUIM DE AZEVEDO, Paulo. Níveis Analíticos. In.: FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; FURQUIM DE AZEVEDO, Paulo; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997, p. 53-70.
- GABRE-MADHIN, Eleni. **A market for all farmers: market institutions and smallholder participation**. 2009.
- GREGIO, Josué Vicente. **Da degradação à floresta: A Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch e sua aplicação nas Fazendas Olhos D'Água e Santa Teresinha, Pirai do Norte/BA**. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 2, p. 106-106, 2020.
- HOEHN, John P.; DEATON JR, Brady J. **The Welfare Consequences of Certified Labeling for Credence Attributes**. 2004.
- IBGE, **Rendimento nominal mensal domiciliar per capita**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2020
- LAGES, Andre Maia Gomes; BARBOSA, Luciano Celso Brandao Guerreiro. **A Comercialização dos Produtos Orgânicos na Feira Agroecológica de Maceió/AL: Uma Avaliação sob a Lógica da Teoria dos Custos de Transação**. 2007.
- MARTINS DE SOUZA, Maria Célia. **Produtos Orgânicos**. In.: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos F. (orgs). Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 385-402
- MEDAETS, J. P. M.; FONSECA, M. F. **Produção Orgânica: Regulamentação Nacional e Internacional**. Brasília: NEAD, 2005.
- MEDAETS, J. P. P.; MEDEIROS, J. X. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede**. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004. v. único. pp 366-366.
- MEDAETS, Jean Pierre Passos; CECHIN, Andrei Domingues. **A ação coletiva como facilitador da inovação no manejo orgânico: o caso do Sistema Participativo de Garantia**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 1, p. 118-136, 2019.
- MEDEIROS, J. X. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede**. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004.
- PASCUCCI, Stefano. **Governance structure, perception, and innovation in credence food transactions: the role of food community**



- networks**. International Journal on Food System Dynamics, v. 1, n. 1012-2016-81175, p. 224-236, 2010.
- PASCUCCI, Stefano et al. Back to the future? Understanding change in food habits of farmers' market customers. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 14, n. 1030-2016-82906, p. 105-126, 2011.
- PIGATTO, Giuliana Aparecida Santini et al. **Comercialização de mandioca no estado de São Paulo-Brasil: sistemas de produção e custos de transação**. Agroalimentaria, v. 21, n. 40, p. 153-173, 2015.
- PIVOTO, Dieisson et al. **O problema do carona nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul**. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 4, p. 109-122, 2013.
- RAUTA, Jamir; FAGUNDES, Julie Rossatto; SEHNEM, Simone. **Gestão ambiental a partir da produção biodinâmica: uma alternativa à sustentabilidade em uma vinícola catarinense**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 3, n. 3, p. 135-154, 2014.
- SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. 2003.
- SEBRAE, **Passo a passo para a certificação orgânica por auditoria**. Natal: Sebrae, 2020. Disponível em:
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/EBO_OK_Certificacao_Organica_final.pdf, Acesso em: jan/2022
- SOARES, Caroline Monique Tietz et al. **A percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados da cooperativa mista agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste-A Tulha**. Orbis Latina, v. 9, n. 1, p. 296-319, 2019.
- TORUNSKY, Flavia. **Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos sociedade e agricultura, 2000.
- WILLIAMSON, Oliver E. Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications: a study in the economics of internal organization. **University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship**, 1975.